

## Aprovação/promoção automática na rede estadual da Bahia e a lógica gerencialista na educação

Valéria Prazeres dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil  
Endereço eletrônico: prof.valeriah@gmail.com

Ricardo Alexandre Castro  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: ricardoacastro@me.com

Arlete Ramos dos Santos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

201

**Palavras-chave:** Distorção idade-série. Políticas educacionais neoliberais. Rede estadual da Bahia

### INTRODUÇÃO

O presente texto pretende acrescentar elementos às discussões feitas na pesquisa de mestrado (Santos, 2019), no que tange a mobilização das políticas educacionais para atender ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, com ênfase na questão da Distorção Idade-Série- DIS. Sua retomada, parte da grande repercussão entre professores, sindicato<sup>1</sup> e veículos comunicativos que a portaria nº 190/2024 que dispõe sobre a sistemática de Avaliação para Aprendizagem na Rede Estadual de Ensino, em todas as ofertas e modalidades da Educação Básica, teve ao ser posta em vigor, no início de 2024.

A portaria nº 190, torna praticamente impossível a reprovação na rede estadual da Bahia. Desejamos, portanto, fazer uma análise da portaria em questão, mostrando como ela, primeiro, não representa, em sua essência, uma novidade, uma vez que vários estados e municípios, com ou sem portarias específicas, já vêm adotando há muitos anos, além de portarias, programas e políticas que tratam direta ou indiretamente sobre a aprovação/reprovação, demonstrando que o processo já vem sendo feito gradativamente.

Discutiremos a aprovação automática, relacionando o alinhamento dessa prática

<sup>1</sup> Associação de Professores(as) Licenciados(as) do Brasil/Seção Bahia.

Realização:



Apoio:



com as políticas neoliberais, impulsionadas pelos organismos internacionais e com o empresariado brasileiro numa perspectiva gerencial e economicista da educação, para isso, traremos alguns dados da dissertação de mestrado denominada “A Distorção Idade-Série nas escolas do campo: um estudos sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Nazaré- Ba (2019)”, no que tange tanto a discussões das políticas neoliberais de educação, quanto da percepção das professoras da rede municipal da pesquisa em questão.

Por outro lado, buscamos apresentar a Distorção Idade-Série e as altas taxas de reprovação, abandono e evasão como um problema histórico no país, que atinge, sobretudo, a classe trabalhadora e que impacta diretamente no seu contato com a escola. Assim, as discussões sobre práticas avaliativas são essenciais, mas não se sobrepõem à crítica das causas do problema que precisa ser visto considerando os aspectos históricos, políticos, culturais e sociais que o envolvem. Como o atravessamento do capital e das políticas educacionais neoliberais na questão está explícito, torna-se ainda mais desafiador pensar para além desse viés.

A discussão é embasada no Materialismo Histórico-Dialético como método e utilizamos, para a construção do texto, a análise documental e revisão bibliográfica. Para discutir o histórico da DIS no Brasil e a relação com as políticas neoliberais de educação utilizamos dados do Censo Escolar de 2006 a 2021 e relacionamos fazendo uma discussão da proficiência nas avaliações externas no mesmo período.

A ênfase nos resultados dessas avaliações faz com que muitas vezes, o resultado seja mais importante do que tudo que o envolve, Freitas (2021) retrata o espetáculo midiático, inclusive, dado pela própria esquerda ao tratar de Sobral (Ceará), que se destaca na implementação dessa política de resultados, também trazemos a discussão da tese de Araújo (2020), que discute também o caso do Ceará, no que tange às implicações de premiações como o Escola Nota Dez (financiado pelos Aparelhos Privados de Hegemonia- APH (Gramsci, 2007), composto pelos empresariado que vem tomando a frente de reformas, documentos, políticas educacionais importantes no Brasil como a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Novo Ensino Médio) e aponta para o ranqueamento e relação de competição entre as escolas de uma mesma rede, assim chegamos a questão da Bahia e do estigma de estar entre os Piores IDEBs de Ensino Médio e as ações do governo estadual principalmente no governo atual, de Jerônimo Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores, que antes, Secretário de Educação do Estado, já vinha construindo um percurso alinhado ao mercado para atender aos seus parâmetros

**Realização:**



**Apoio:**



e “melhorar” a posição da Bahia.

Assim, apresentamos a portaria 522/2023, que demonstra o alinhamento com a Fundação Getúlio Vargas- FGV e o começo do controle gerencial das escolas e a portaria 190/2024 que efetiva um dos aspectos para a melhoria do IDEB que é o indicador de fluxo. A FGV é uma das organizações parceiras do Movimento pela Base MpB, conforme é possível acompanhar no site do movimento, o MpB foi uma das forças para a implementação da BNCC no país. A partir das discussões de Neves (2005), compreendemos as fundações, institutos e organizações empresariais, como novas formas da classe burguesa disseminar ideias e construir hegemonia em torno de seu projeto societário.

Destacamos dessas últimas ações anunciadas, o monitoramento de professores e alunos a partir das plataformas, no caso da Bahia, a Plataforma Plurall, que é uma das estratégias para o avanço do IDEB no Estado. Estruturalmente, o calendário de aplicação das avaliações de monitoramento SABE feitas através da plataforma, seus simulados, avaliações diagnósticas, bem como o monitoramento para a aplicação dos cadernos de “recomposição da aprendizagem” de Língua Portuguesa e de Matemática, se constituem como um forte bombardeio à escola e ao trabalho do professor, pois interfere nas rotinas dos professores e dos alunos.

## CONCLUSÕES

Esse artigo não defende, mas também não acredita que a portaria e a progressão continuada sejam o maior problema da educação baiana, tampouco é o IDEB. Ele busca apontar, primeiro, que as raízes são profundas; segundo que quem gere hoje a educação do estado, são seus APH, seja através das políticas de avaliação, seja nas mudanças curriculares, no monitoramento, nas formações, dentre outros, em um processo que não pode ser positivo.

A exemplo de Freitas (2021), ao criticar os veículos de esquerda que louvam a política de avaliação do Ceará, nós chamamos atenção dos nossos educadores e educadoras a respeito do discurso do IDEB. Já são quase 20 anos de continuidade das avaliações externas e nós já sabemos que seus resultados vão além do que se propaga, treinar para uma prova, não é aprendizado, é precarização do trabalho docente, uma vez que muda todo seu planejamento para atender a um único objetivo.

**Realização:**



**Apoio:**



A questão da aprovação/reprovação também é complexa, mas o caminho do economicismo é o pior, ele também exclui, porque os professores sabem quem realmente aprendeu e quem não aprendeu e acreditamos na escola pública que ensina, mas que encontra dentro da diversidade do ambiente escolar, uma série de limitações.

Como o foco do texto é dar continuidade às discussões sobre as políticas de avaliação, focalizamos o argumento em políticas e práticas que façam repensar o papel da escola como um espaço de aprendizado, emancipação e dignidade, ou seja, é o contrário de uma formação pragmática e excludente como acompanhamos na BNCC e na reforma do Ensino Médio.

É necessário avançar na crítica para além da portaria, demos exemplos variados que permitem esse exercício, enquanto só olhamos para a superfície, as raízes crescem e se espalham.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karlane Holanda. **O Prêmio Escola Nota Dez e suas implicações à subjetividade das crianças do 2º do ensino fundamental do estado do Ceará.** Tese (Doutorado)– Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020. 285 f.

BAHIA. **Portaria N° 190/2024.** Dispõe sobre a sistemática de Avaliação para Aprendizagem na Rede Estadual de Ensino, em todas as ofertas e modalidades da Educação Básica. 2024.

BAHIA. **PORTARIAN°522/2023.** Dispõe sobre a ação, Gestão da Aprendizagem, o conjunto de procedimentos para garantir a recomposição da aprendizagem dos estudantes e a regularização dos indicadores de fluxo e o fortalecimento da proficiência dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática proposto pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Sobral e a desinformação na esquerda.** Site: blog do Freitas. 2021. s/p. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2021/12/23/sobral-e-a-desinformacao-na-esquerda/>. Acesso em 29 mai. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

SANTOS, Valéria Prazeres dos. **A distorção idade-série nas escolas do campo: um estudo sobre os anos iniciais do ensino fundamental no município de Nazaré-BA / Dissertação de Mestrado – UESC – Ilhéus, BA: UESC, 2019. 197f. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/btd/201720032D.pdf>. Acesso em 06 de jun. 2024.**

Realização:



Apoio:

